

Correios precisam de mais R\$ 8 bi para reestruturação

Estatual anunciou novo PDV para desligar 15 mil empregados em dois anos

/CORREIOS

O presidente dos Correios, Emmanoel Rondon, disse ontem que a companhia tentará captar mais R\$ 8 bilhões em 2026, como parte de seu plano de reestruturação, e disse que ainda não está definido se os recursos serão obtidos via aporte do Tesouro Nacional. A estatal já assinou contrato de empréstimo de R\$ 12 bilhões com bancos públicos e privados, mas o pleito inicial era de R\$ 20 bilhões em créditos.

“Permanece a necessidade de captação de R\$ 8 bilhões”, disse Rondon à imprensa ao apresentar o plano de reestruturação dos Correios.

As medidas de ajuste fazem parte do compromisso fechado pelos Correios com bancos e governo federal de voltar a ter contas no azul a partir de 2027. As ações de reestruturação da empresa incluem a regularização de dívidas com fornecedores e bancos, um novo PDV (programa de demissão voluntária) para desligar 15 mil empregados em 2026 e 2027, venda de imóveis e a reformulação da estrutura de cargos e salários e também do plano de saúde da companhia, entre outras iniciativas.

A empresa prevê poupar até R\$ 4,2 bilhões em despesas ao ano com a implementação das medidas de ajuste. O impacto pleno será percebido só a partir de 2029. Antes disso, o ganho líquido será menor, devido



Empresa já assinou contrato de empréstimo de R\$ 12 bilhões com bancos

à necessidade de investir em incentivos para o PDV e compensações ao plano de saúde, mas haverá um crescimento gradual.

Os Correios também buscam parcerias com outras empresas e estudam até mesmo a possibilidade de, no futuro, abrir o capital, transformando-se em uma sociedade de economia mista, mantido o controle da União – como já ocorre com Petrobras e Banco do Brasil, por exemplo.

O empréstimo fechado com os bancos terá a garantia do Tesouro Nacional, que honrará os pagamentos em caso de inadimplência, e está diretamente vinculado ao plano de reestruturação. A operação é considerada uma espécie de ponte para uma nova situação da empresa, que hoje enfrenta grave problema de caixa.

Em 19 de dezembro, a estatal conseguiu pagar em dia o 13º salário dos empregados, mas

precisou empurrar outras despesas, já que o crédito dos bancos ainda não havia sido liberado. O contrato foi efetivamente assinado apenas na sexta-feira, com a publicação do extrato da operação na manhã de sábado em edição extra do DOU (Diário Oficial da União).

A proposta foi apresentada por um grupo de cinco bancos, formado por Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander. Os três primeiros vão emprestar R\$ 3 bilhões cada, enquanto os dois últimos, R\$ 1,5 bilhão cada.

O custo da operação ficou em 115% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), dentro do teto de 120% estipulado pelo Tesouro Nacional para conceder a garantia soberana. O prazo do contrato é de 15 anos, com os três primeiros anos de carência (período inicial em que a empresa não pagará prestações).

Morre Heitor Linden, sócio da Calçados Beira-Rio

/GENTE



Heitor Linden tinha 64 anos

Faleceu na noite de domingo, aos 64 anos, Heitor Vanderlei Linden, ex-presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de Igrejinha (Sindigrejinha) e sócio da empresa Calçados Beira Rio.

Linden teve atuação destacada tanto no setor calçadista quanto na vida pública de Igrejinha, tendo exercido mandato como vereador por três legislaturas.

Sua trajetória foi marcada por contribuições em diferentes períodos para o desenvolvimento da cidade, já que foi vereador de 1983 a 1988, de 1989 a

1992 e de 1997 a 2000.

Como sócio de uma das maiores fabricantes de calçados do Brasil, Linden também desempenhou papel fundamental para o fortalecimento da indústria local.

A prefeitura de Igrejinha decretou luto de três dias e emitiu uma nota se solidarizando com familiares, amigos e com toda a comunidade calçadista. O velório foi realizado ontem, na sede do Sindigrejinha, e o sepultamento no Cemitério Católico. A causa da morte não foi informada.

Gerson Anzzulin
atencaonoseguro@gmail.com

Atenção no seguro

INFORME PUBLICITÁRIO

O ano da retomada

CRÉDITO: GERSON ANZZULIN

A economia gaúcha sofreu um revés com os efeitos das enchentes de 2024. O mercado segurador teve um papel relevante com o pagamento das indenizações. O balanço de 2025 e as perspectivas do segmento de seguro no Rio Grande do Sul são alguns dos temas abordados nesta entrevista com o presidente do Sindicato das Seguradoras no Rio Grande do Sul, Ederson Daronco.

- Como foi o desempenho do mercado segurador gaúcho em 2025?

O mercado reagiu de forma expressiva. O desempenho do Rio Grande do Sul no 1º semestre foi de uma arrecadação de R\$ 206 bilhões e pagamentos de sinistros na ordem de R\$ 131 bilhões. A projeção de fechamento do exercício de 2025 é permanecer com patamar de crescimento expressivo na comercialização de novos produtos.

- Quais foram os segmentos que tiveram os melhores resultados?

Por consequência do que passamos os segmentos patrimoniais tiveram resultados mais expressivos, como os seguros residencial, rural, saúde e previdência privada. Neste último caso, tivemos uma alteração em função da incidência do IOF. Até agosto de 2025, na comparação com o mesmo período de 2024, tivemos uma queda de 20% na arrecadação do VGBL.

- O mercado de previdência privada vai se adaptar às mudanças e recuperar o terreno perdido em 2026?

O IOF não inviabiliza o produto, seja na forma previdenciária, de planejamento sucessório e financeira como investimento de longo prazo. O impacto inicial que vamos ter é fugir um pouco daquela poupança de longo prazo.

- Quais foram as consequências com a redução da subvenção do governo federal ao seguro rural?

Tivemos um impacto significativo. Em 2020, tínhamos 16% da área plantada segurada. Em 2025, chegamos a menos de 3%. É uma queda brusca e esse é um tema que deve ser revisado.

- O segmento de seguros teve presença ativa na COP30 com a Casa do Seguro da CNseg. Os efeitos das mudanças climáticas estão no radar das seguradoras?

As companhias seguradoras têm produtos que atendem na sua grande maioria as necessidades da população em relação aos efeitos climáticos. Cito o exemplo do que aconteceu no Rio Grande do Sul em 2024 no evento das enchentes, quando algumas situações chamaram a atenção. Uma era o fato de não ter a cobertura e outra era o fato de não ter a cobertura ideal para o patrimônio que estava sendo segurado. Essa é uma parte que precisa ser repensada, tanto por parte dos consumidores, seguradoras e corretores de seguros.

- Quais as projeções para 2026?

A estimativa é de um crescimento de 8% a 12% nas linhas de coberturas securitárias. Isto demanda a pujança do mercado. Existe um projeto que vem sendo desenvolvido pelo Sindicato e a CNseg sobre a importância do seguro, pois é um fator social e de sobrevivência em alguns momentos, com a reconstrução de famílias, casas e empregos. A conscientização das pessoas é um trabalho que vamos manter ativo.



Ederson Daronco: “A estimativa para 2026 é de um crescimento de 8% a 12% nas linhas de coberturas securitárias”

Proteção começa sempre com **informação.**

Siga o SINDSEGRS nas redes sociais para conhecer tudo sobre o Mercado Segurador, de forma didática e envolvente.

Sindsegrs

130 ANOS